

O PASSADO EM DISPUTA: POLÍTICA, MEMÓRIA E DITADURA  
MILITAR NO BRASIL

THE PAST IN DISPUTE: POLITICS, MEMORY AND MILITARY  
DICTATORSHIP IN BRAZIL

*Barbara Goulart - doutoranda do PPGSA/UFRJ*  
[barbara\\_4578@hotmail.com](mailto:barbara_4578@hotmail.com)

**Resumo:** O paper faz uma breve articulação entre a literatura sobre memória social, principalmente os trabalhos produzidos por sociólogos, e a literatura sobre a ditadura militar no Brasil. O objetivo é delinear uma proposta de pesquisa sobre o tema que tenha como recorte principal a análise das memórias coletivas sobre João Goulart.

**Palavras-chave:** Memória social; Ditadura Militar; João Goulart.

**Abstract:** The paper produces a brief articulation between the literature on social memory, especially the work produced by sociologists, and the literature on the military dictatorship in Brazil. The goal is to outline a research proposal that will focus on the analysis of the collective memories of João Goulart.

**Keywords:** Social memory; Military dictatorship; João Goulart.

## MEMÓRIA E DITADURA

Em dezembro de 2014, foi entregue o relatório final da Comissão Nacional da Verdade em cerimônia oficial realizada no Palácio do Planalto. Os trabalhos da CNV sinalizam que os anos de chumbo ainda fazem parte da memória nacional, contribuindo para uma eterna reconstrução de um imaginário social sobre o período muitas vezes considerado um dos mais violentos na História do país. Porém, o que uma memória sobre o passado pode acrescentar a uma pesquisa que se propõe a pensar o presente?

Devemos lembrar que os trabalhos sobre memória não tem como objetivo analisar o passado em si, mas sim as imagens construídas socialmente no mundo de hoje, a partir de diversas lembranças anteriores. Maurice Halbwachs (1990), analisando o papel da memória coletiva na História, chegou a seguinte conclusão:

(...) A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. (HALBWACHS, 1990, p. 67 e 71).

Assim sendo, a memória seria uma reconstrução do passado realizada pelo presente. Portanto, a memória atual sobre a ditadura é uma visão crítica desse passado autoritário realizada pelos tempos de hoje, marcados pela consolidação democrática. Nesse caso, essas memórias não são construídas de forma aleatória, ou autoevidente, a partir de uma construção verificável da História do país, mas sim são construções parciais a partir de narrativas específicas sobre eventos que já ocorreram. Como explicou Portelli (1996), os discursos sobre eventos traumáticos do passado são marcados não apenas por dor e luto, mas também por ideologias, e essas devem ser entendidas criticamente (PORTELLI, 1996, p. 108).

Michael Pollak (1989) havia diferenciado memória oficial de memória subterrânea. As memórias subterrâneas seriam aquelas consideradas proibidas ou clandestinas, pois iriam contra a memória oficial dominante. (POLLAK, 1989, p. 5) Para ele, haveria um conflito entre os dois grupos que

possuem memórias distintas e seria necessário romper os tabus para que as memórias subterrâneas se tornassem públicas. Assim, haveria um grupo dominante e um grupo reprimido que disputariam a memória desse mesmo evento.

O quadro interpretativo proposto por Pollak (1989) pode ser apropriado para a análise do caso brasileiro, onde Martins Filho (2002) argumenta que há uma chamada “guerra da memória” da ditadura, onde os diversos atores políticos do período questionam a veracidade dos fatos apresentados pelos outros personagens. Assim, múltiplas memórias são construídas a partir de um mesmo fato, evento ou pessoa. Nesse contexto, algumas figuras públicas do passado adquirem maior relevância, possuindo papel central nas narrativas históricas.

## **PROPOSTA DE PESQUISA**

Por causa da diversidade de caminhos possíveis de análise presentes dentro da temática da ditadura, é inevitável que seja feita uma escolha do que será estudado, deixando outras possibilidades de pesquisa para trás. Com isso em mente, escolhi focar nas memórias coletivas sobre um indivíduo histórico, nesse caso, o ex-presidente João Goulart. Como sua imagem é marcada pela controvérsia, ela acaba por exemplificar a pluralidade de representações sociais possíveis de serem construídas sobre um mesmo personagem. Ademais, por ser figura central em um dos eventos mais traumáticos do país – o golpe de 1964 –, a memória de Jango é carregada de ideologias e simbolismos, evidenciando diversas questões sociais presentes no Brasil de hoje, como o conflito entre democracia e autoritarismo, por exemplo.

Por meio dessa pesquisa, será possível também acrescentar a dimensão da reputação aos estudos sobre memória coletiva. Assim, o objetivo específico do trabalho será analisar as diversas memórias coletivas por trás das narrativas sobre Jango, mostrando como e por que elas foram socialmente construídas. O trabalho busca analisar a relação entre a memória coletiva

sobre um indivíduo e a memória coletiva sobre o período histórico em que ele se localiza.

## **DEBATES PRÉVIOS NA SOCIOLOGIA**

O conceito de memória coletiva foi popularizado pelos trabalhos do sociólogo Maurice Halbwachs, considerado o grande clássico da literatura sobre o assunto. Para ele (1968), a memória seria socialmente construída. Adotando a perspectiva organicista de Durkheim, Halbwachs (1968) enfatiza os aspectos harmônicos da construção das memórias coletivas, que serviriam para dar coesão social às coletividades, formando a chamada “comunidade afetiva”. Nesse caso, a memória nacional seria a forma mais completa de memória coletiva.

Foi apenas com a obra de Pollak (1989) que os aspectos coercitivos da memória coletiva foram sublinhados, analisando-a como uma forma específica de violência simbólica praticada pelos setores dominantes da sociedade, que definem de forma impositiva a versão da História que comporá a memória da nação. Assim, Pollak questiona o processo de negociação da memória coletiva proposto anteriormente por Halbwachs (1969). Seguindo linha similar, Portelli (1996) sublinha os aspectos ideológicos da memória coletiva, que deve ser analisada criticamente. Para ele, haveria memórias divididas, onde grupos sociais distintos apresentariam versões diferentes para os mesmos acontecimentos históricos.

Voltando a Halbwachs (1969), é possível perceber que o próprio conceito de memória coletiva, proposto por ele, enfatiza os aspectos coletivizantes da memória, criando uma ilusão de unidade de perspectivas que engana o leitor desatento.

## **HIPÓTESE DE TRABALHO**

Primeiramente, saliento que enquanto trabalhos biográficos focam em como o indivíduo viveu, a sociologia da reputação e da memória foca em como o indivíduo é lembrado. Portanto, é necessário recolher evidências que mostrem não necessariamente quem foi o ex-presidente Goulart, mas sim

como ele foi lembrado posteriormente. Argumento que a memória coletiva sobre o ex-presidente não é única, mas sim plural, pois os diversos grupos sociais construíram diferentes representações sobre ele. (CASTRO GOMES; FERREIRA, 2007) Por meio dessa perspectiva, incorporo então os elementos conflitivos da memória, enfatizados por Pollak (1989) e Portelli (1996) – em contraposição a perspectiva mais organicista defendida por Halbwachs (1990) – sublinhando que há no seio da sociedade brasileira uma acirrada disputa pela memória oficial.

Por meio dessa análise, será possível perceber os elementos contraditórios entre os diversos discursos sobre o ex-presidente, mostrando assim a maleabilidade e parcialidade das memórias coletivas construídas pela sociedade brasileira, sendo continuamente capazes de transformar o passado a partir das questões do presente. Assim, os aspectos mutáveis e cambiantes das memórias coletivas serão enfatizados, usando as imagens de Goulart como exemplos históricos desse processo social. Minha hipótese é que essas memórias servem para responder questões presentes em diferentes grupos sociais, que reconstruíram o passado de formas distintas.

Castro Gomes e Ferreira (2007) salientam que Jango é um presidente pouco estudado pelas ciências sociais, e quando é lembrado, ele aparece em chave muito crítica ou negativa. Eles afirmam, portanto, a necessidade de questionar essa ideia de “não lugar” de Goulart, dando espaço para memórias subterrâneas sobre essa figura. Assim sendo, seria necessário pesquisar as “múltiplas faces” do presidente, isso é, estudá-lo em sua pluralidade, tentando compreender as diversas perspectivas sobre ele, tanto por atores diferentes como em momentos históricos diferentes. (CASTRO GOMES; FERREIRA, 2007) Em trabalho posterior, Ferreira (2011) reafirma a importância de se estudar Jango mais a fundo, pois o estudo da biografia do ex-presidente possibilita o entendimento de outros aspectos importantes da História contemporânea, como os problemas sociais, políticos e econômicos do período, além dos “*dilemas, contradições, práticas e tradições das esquerdas no presente*”. (FERREIRA, 2011, p. 18).

É a partir desse caminho de análise que partirá minha pesquisa, buscando reunir material que exponha as múltiplas memórias coletivas sobre

João Goulart. A pluralidade de memórias sobre ele justifica essa escolha, pois suas representações são marcadas principalmente pela diversidade de perspectivas. Assim, os elementos contraditórios entre os diversos discursos serão revelados.

Como explicou Marieta de Moraes Ferreira (2006), a memória sobre Goulart tem como característica principal a ambiguidade. Ao mesmo tempo em que ele é descrito como homem fraco, ele seria capaz de liderar uma revolução comunista. (MORAES FERREIRA, 2006, pg. 19) É esse tipo de questão que pretendo abordar em meu trabalho, discutindo os mecanismos de construção da memória coletiva brasileira sobre Jango e analisando principalmente por que essa memória foi construída. Será, portanto, uma nova abordagem para os estudos sobre memória no Brasil.

## **FUTURAS CONTRIBUIÇÕES SOCIOLOGICAS**

Não apenas no meio político, mas também no meio acadêmico, a temática da ditadura vem há muito tempo sendo discutida, principalmente pela História (FICO, 2008; ARAÃO REIS, 2000) entre outros. Entretanto, é necessário que a sociologia também olhe para o passado de forma mais detida. Alguns sociólogos já começaram a se debruçar sobre o tema, como Santana (2014) em sua pesquisa sobre a atuação dos trabalhadores durante o regime militar. Contudo, muito ainda pode ser feito.

Pollak (1989), afirmou a necessidade de associar uma profunda mudança política a uma revisão autocrítica do passado. Colocando o Brasil nessa discussão, devemos discutir a importância do momento atual para a reconstrução desse período ainda pouco esclarecido na História do país. É inquestionável que apesar da ditadura ter acabado há mais de duas décadas, ela continua presente na memória dos brasileiros. Como escreveu Hannah Arendt (1961), “a ação que possui sentido para os vivos (...) só é completa nas mentes que a herdaram e a questionam” (ARENDR, 1961, p. 31). Assim, por ser um momento de clivagem, de interrupção da democracia e de radicalização ideológica, a ditadura, e o combate a ela, muito possivelmente permanecerão

na História do Brasil, pois representam não apenas um evento traumático do passado, mas simbolizam a necessidade de reafirmar o modelo político democrático vigente. Portanto, a memória da ditadura faz parte do próprio imaginário político atual.

Devemos lembrar a importância da atual estabilidade democrática, onde a confiança na liberdade permite a erupção de traumatismos por muito tempo guardados durante o período de censura. Aludindo a outra frase de Arendt (1961), argumento que o passado traumático da ditadura é lembrado pela sociedade brasileira não como fardo “*com que o homem tem de arcar*”, mas como força motriz que deve ser lembrada (ARENDR, 1961, p. 37) para direcionar o presente para o novo futuro político, surgido em contraposição a esse trauma do passado. As diversas “descomemorações” do golpe de 1964 vistas recentemente corroboram essa perspectiva.

Assim, por meio das memórias coletivas, a sociedade brasileira atual retoma esse passado sob uma nova perspectiva política, reafirmando o Estado democrático brasileiro vigente. Baczko (1985) argumenta que o poder político se rodeia de representações coletivas. E “para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico” (BACZKO, 1985, p. 297). Assim, é estratégico para o Estado brasileiro atual, o domínio da memória sobre a ditadura, construindo representações que confirmem a necessidade de manutenção da democracia.

Argumento que por meio de uma análise crítica das narrativas sobre a ditadura – estudada a partir das construções simbólicas que ela representa –, é possível entender melhor o próprio período em questão. Como disse Paul Veyne (1968), “*a História é quer uma série de acontecimentos, quer a narração desta série de acontecimentos*” (VEYNE, 1968, p. 423). E ao mesmo tempo, essas narrativas não são incidentais, elas são baseadas em crenças prévias dos narradores sobre os eventos em questão. Pretendo analisar quais crenças são essas e como elas foram construídas.

Concluo afirmando que a área da memória e principalmente da reputação política ainda são campos problemáticos pouco estudados pelas ciências sociais. Assim, é necessário investir mais nessa linha de estudos,

questionando as distinções sociológicas entre História e memória. Acredito que o ato de lembrar é fundamentalmente um ato social, onde os indivíduos empregam categorias sociais e normativas para definir quais são os elementos que compõem a sua memória. (OLICK; ROBBINS, 1998, p. 134) Como disse Olick et. al. (2011):

Estudar (e teorizar) sobre a memória nos permite retirar nosso foco da análise do tempo e mudá-lo para a análise das temporalidades. Logo, nos torna capazes de entender quais são as categorias que as pessoas, grupos e culturas empregam para dar sentido a suas vidas, seus vínculos sociais, culturais e políticos, e os ideais concomitantes que elas validam. (OLICK; VINITZKI-SEROUSSI; LEVY, 2011, p. 11).

Portanto, entender como a sociedade lembra é uma forma de entender também a própria sociedade em questão.

## REFERÊNCIAS

ARÃO REIS, Daniel. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ARENDT, Hannah. **Between Past and Future: Six Exercises in Political Thought**. New York, 1961.

BACZKO, Bronislaw. "A imaginação social". In: LEACH, Edmund et al. **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. **Jango: múltiplas faces**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Trad. De Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1990.

MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Varia História**, v. 28, p. 178-201, 2002.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. 7. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: UnB, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

OLICK, Jeffrey; ROBBINS, Joyce. Social memory studies: From "collective memory" to the historical sociology of mnemonic practices. **Annual Review of sociology**, p. 105-140, 1998.

OLICK, Jeffrey; VINITZKI-SEROUSSI, Vered; LEVY, Daniel. **The Collective Memory Reader**. New York: Oxford University Press, 2011.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana: mito, política, luto e senso comum. In: MORAES FERREIRA, Marieta, AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. P. 103-130.

SANTANA, Marco Aurélio. Um sujeito ocultado: trabalhadores e regime militar no Brasil. **Revista Em Pauta**, v. 12, n. 33, 2014.

VEYNE, Paul. L'Histoire. **Enciclopedia Universalis**, v. 8, p. 423-24, 1968.